

## Repartição de Minas

## 1.ª Secção

Manuel de Arriaga, Presidente da República Portuguesa, pelo voto da Assembleia Nacional Constituinte, faço saber que, tendo-me sido presente o requerimento em que José Mendes Guerra, em seu nome e nos de António Pinto Ribeiro e António Joaquim Correia pedem a transmissão da licença para a exploração das águas minero-medicinais das Caldas de Aregos, situadas na freguesia de Anreade, concelho de Resende, distrito de Viseu;

Considerando que, por alvará de 28 de Junho de 1909, foi a licença para exploração das referidas águas concedida a António Joaquim Correia, Joaquim Arantes Pereira, José Miguel de Oliveira, Manuel Alves da Cunha e Vitorino Henriques Coimbra;

Vistos os documentos pelos quais se prova que os requerentes são legítimos cessionários dos direitos conferidos pelo referido alvará de 28 de Junho de 1909, nos termos da escritura lavrada pelo notário da comarca de Resende, Eduardo Loureiro da Fonseca, em 6 de Janeiro de 1913, e que foi pago o imposto exigido pelo n.º 2.º do artigo 2.º do regulamento aprovado por decreto de 23 de Dezembro de 1899;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Vista a consulta da Procuradoria Geral da República; Visto o artigo 57.º do decreto de 30 de Setembro de 1892 e do regulamento de 5 de Julho de 1894:

Hei por bem, conformando-me com as mencionadas consultas, aprovar a transmissão da licença para a exploração das nascentes das águas minero-medicinais das Caldas de Aregos, situadas na freguesia de Anreade, concelho de Resende, distrito de Viseu, para José Mendes Guerra, António Pinto Ribeiro e António Joaquim Correia, ficando sujeitos aos mesmos encargos e obrigações impostos pelo mencionado alvará de 28 de Junho de 1909 e a todas as leis e regulamentos em vigor ou que de futuro venham a ser promulgados.

Determina-se, portanto, que todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução do presente alvará pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vai por mim assinado e selado com o selo da República Portuguesa, e com os de estampilha a que se refere o decreto de 16 de Junho de 1911.

Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—Manuel de Arriaga—António Maria da Silva.

(Lugar do selo da República Portuguesa).

Alvará aprovando a transmissão da licença para exploração das águas minero-medicinais das Caldas de Aregos, situadas na freguesia de Anreade, concelho de Resende, distrito de Viseu, para José Mendes Guerra, António Pinto Ribeiro e António Joaquim Correia, pela forma e com as prescrições retro declaradas.

Passou-se por despacho de 25 de Fevereiro de 1913.—Eduardo Cardoso, o fez.

## Rectificações

Na portaria de direitos de descoberta da mina de volfrâmio da Fonte da Costa, publicada no *Diário do Governo* n.º 50, de 3 do corrente a p. 799, 3.ª col., 70.ª linha, onde se lê: «Tendo requerido a Paul Girod», deve ler-se: «Tendo requerido Paul Girod»; na 92.ª linha onde se lê: «para sudoeste», deve ler-se: «para sudeste»; na 97.ª linha, onde se lê: «foram», deve ler-se «forma».

Repartição de Minas, em 3 de Março de 1913.—O Engenheiro-chefe da Repartição, interino, Eduardo Valério Villaga.

## Editos

Havendo Henrique Gonçalves requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho, do Ribeiro da Coitã, freguesia da Moita, concelho de Sabugal, distrito da Guarda, registada pelo requerente na Câmara Municipal do mesmo concelho, em 8 de Março de 1912, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 3 de Março de 1913.—O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, E. Valério Villaga.

Havendo Henrique Gonçalves requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho, do Sobral, freguesia e concelho do Sabugal, distrito da Guarda, registada pelo requerente na Câmara Municipal do mesmo concelho, em 20 de Março de 1912, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 3 de Março de 1913.—O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, Eduardo Valério Villaga.

Havendo Henrique Gonçalves requerido o diploma de descobridor legal da mina de estanho da Serra da Pena,

freguesia de Casteleiro, concelho do Sabugal, distrito da Guarda, registada pelo requerente, na Câmara Municipal do mesmo concelho, em 13 de Março de 1912, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar a apresentar as suas reclamações no Ministério do Fomento, dentro do prefixo prazo de sessenta dias, contados da publicação deste édito no *Diário do Governo*.

Repartição de Minas, em 3 de Março de 1913.—O Engenheiro, Chefe da Repartição, interino, E. Valério Villaga.

## Direcção Geral do Comércio e Indústria

## Repartição do Comércio

Para conhecimento das repartições, tribunais e autoridades a quem pertencer, se faz público que, nas datas abaixo mencionadas, se efectuaram os despachos que vão designados:

Alvará de 13 de Setembro de 1912:

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Canha, com sede em Canha, concelho de Aldeia Galega do Ribatejo.

Alvarás de 4 de Janeiro de 1913:

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Azaruja, com sede em Azaruja, concelho de Évora.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais Samouquense, com sede no Samouco, concelho de Alcochete.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Marítimos da Moita do Ribatejo, com sede na Moita do Ribatejo, concelho da Moita.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Agrícolas de Santo André, com sede em Santo André, concelho de Santiago do Cacém.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Polidores de Móveis, com sede em Lisboa.

Alvarás de 11 do mesmo mês:

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores de Armazéns de Vinhos do Porto e Gaia, com sede na freguesia de Santa Marinha, concelho de Vila Nova de Gaia.

Aprovando os estatutos da Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Operária Vimaranesse, com sede em Guimarães, concelho da mesma denominação.

Alvarás de 25 do mesmo mês:

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Comerciantes de Vinho a Retalho do concelho de Braga, com sede em Braga, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil de Leiria, com sede em Leiria, concelho da mesma denominação.

Alvarás da 1 de Fevereiro de 1913:

Aprovando os novos estatutos da Associação de Socorros Mútuos Montepio de Socorros Mútuos O Desejado, com sede em Rebordões, concelho de Gondomar.

Alvarás de 8 do mesmo mês:

Aprovando os Estatutos da Associação de Classe dos Calceteiros Cíveis de Fanhões, com sede em Fanhões, concelho de Loures.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais da Aldeia da Terrugem, com sede em Terrugem, concelho de Elvas.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Carregadores de Peixe em Setúbal, com sede em Setúbal, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe Alandroalense de Construções Cíveis e Artes Auxiliares, com sede na vila de Alandroal, concelho da mesma denominação.

Alvarás de 15 do mesmo mês:

Aprovando os novos estatutos da Associação de Socorros Mútuos Castelo Branco Saraiva, com sede em Lisboa.

Alvarás de 22 do mesmo mês:

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Carpinteiros Cíveis de Portalegre, com sede em Portalegre, concelho da mesma denominação.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Soldadores de Portimão, com sede em Vila Nova de Portimão, concelho da mesma denominação.

Aprovando os novos estatutos da União dos Jardineiros do Porto (associação de classe), com sede no Porto.

Aprovando os estatutos da Associação de Classe dos Tanceiros de Almada, com sede em Almada, concelho da mesma denominação.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 1 de Março de 1913.—O Director Geral, M. Correia de Melo.

## Repartição da Propriedade Industrial

## 1.ª Secção

## Registo de marcas

Para conhecimento dos interessados se faz público que, por despacho do mês de Janeiro, fica suspenso a realização do registo das marcas abaixo indicadas, enquanto não satisfizerem as condições mencionadas no mapa seguinte:

| Número da marca | Classe | Data do despacho | Nome do requerente                  | Condições a que devem satisfazer os interessados                                        |
|-----------------|--------|------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| 15:293          | 68.ª   | 29-1             | Correia, Ribeiro & Filhos . . . . . | Concedido, se provar que tem direito ao uso do nome que lê na marca.                    |
| 15:384          | 68.ª   | 29-1             | Antero & Filho, Successor . . . . . | Concedido, se provar que está autorizado a usar do nome e retrato que figuram na marca. |

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, M. Correia de Melo.

## Registos de marcas

## Registo de marcas industriais e comerciais, recusados no mês de Janeiro de 1913

Para conhecimento de quem interessar se faz público que, nas datas abaixo indicadas, foram recusados os registos das marcas que seguem:

| Número do registo | Classe | Data do despacho da recusa | Nome do requerente da marca             | Motivo da recusa                                                                                            |
|-------------------|--------|----------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 15:274            | 33.ª   | 30-1                       | Eugénio Vicente Nobre . . . . .         | Recusado nos termos do n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de Maio de 1896.                        |
| 15:291            | 68.ª   | 30-1                       | Cunha & Macedo . . . . .                | Idem.                                                                                                       |
| 15:313            | 68.ª   | 30-1                       | A. A. Calem & Filho, Limitada . . . . . | Idem.                                                                                                       |
| 15:319            | 68.ª   | 29-1                       | Guimarães & Neves . . . . .             | Recusado porque as palavras que constituem a marca não podem ser consideradas como denominação de fantasia. |
| 15:324            | 68.ª   | 30-1                       | Augusto C. d'Almeida & C.ª . . . . .    | Recusado nos termos do n.º 9.º do artigo 85.º da carta de lei de 21 de Maio de 1896.                        |
| 15:326            | 68.ª   | 30-1                       | Idem . . . . .                          | Idem.                                                                                                       |
| 15:328            | 68.ª   | 30-1                       | Idem . . . . .                          | Idem.                                                                                                       |
| 15:363            | 68.ª   | 30-1                       | Antero & Filho, Successores . . . . .   | Idem.                                                                                                       |
| 15:389            | 68.ª   | 30-1                       | Idem . . . . .                          | Idem.                                                                                                       |

Da data da publicação do presente aviso começa a contar-se o prazo de três meses para os recursos perante o Tribunal do Comércio de Lisboa.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 5 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, M. Correia de Melo.

## Avisos

Para conhecimento dos interessados faz-se sciente do que deram entrada na Repartição da Propriedade Industrial as seguintes reclamações contra registo de marcas:

René Quéro, fabricante de conservas, Rue Paul Saunière, 3, Paris, contra o registo da marca n.º 15:568, requerido por A. S. de Mendonça.

Scott & Bordue, Limited, com sede em Londres, contra o registo da marca n.º 15:584, requerido por J. P. Alvares Ferroira.

Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto, sucessora de A. A. Ferreira, Rua do Infante D. Henrique n.º 85, Porto, contra o registo da marca n.º 15:725, requerido por José Ribeiro Lopes da Silva.